



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2023 a 28/02/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/33

2.2023.P	Sessão Ordinária - CD	01/02/2023-16:56
Publ.: DCD - 2/2/2023 -	Átila Lins-PSD -AM	
	ABERTURA	OUTROS DISCURSO

Sumário

Eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Comprometimento do Presidente em exercício dos trabalhos com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Saudações aos Parlamentares recém-empossados. Manutenção de direitos da Zona Franca de Manaus no processo de reforma tributária. Apelo às autoridades governamentais por ações em benefício da região amazônica e seus habitantes. Presença, na Casa, de familiares do Presidente em exercício dos trabalhos. Criação do Bloco Parlamentar PL/UNIÃO/PP/MDB/PSD/Republicanos/PDT/PSB/PODE/AVANTE/PSC/Patriota/Solidariedade/PROS/PTB/Federação PSDB Cidadania/Federação Brasil da Esperança. Celebração de acordo de Líderes para escolha dos candidatos aos cargos da nova Mesa Diretora da Casa. Registro de candidatura avulsa ao cargo de 2º Vice-Presidente. Informação ao Plenário sobre as candidaturas acolhidas pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Átila Lins. PSD - AM) - A presente sessão destina-se à eleição do Presidente da Câmara dos Deputados, dos demais membros da Mesa Diretora e dos suplentes de Secretários.

Sras. e Srs. Deputados, permitam-me, como decano desta Casa que inicia neste ano, nesta legislatura, o nono mandato parlamentar, dizer breves palavras sobre a satisfação e a alegria de presidir esta reunião histórica.

A grande maioria sabe que eu sou da Região Amazônica, do Estado do Amazonas. Por causa disso, eu tenho um compromisso muito forte com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável.

Eu queria, aqui, inicialmente, saudar os Parlamentares que hoje tomaram posse, tanto os 202 Parlamentares que se elegeram e assumiram agora como os demais Parlamentares que foram reeleitos.

Não tenho dúvidas de que esta legislatura continuará o compromisso da Câmara dos

Deputados de representar e defender o povo brasileiro, legislando com a bússola orientada para o interesse nacional e o fortalecimento da democracia, sempre em estrita conformidade com a Constituição Federal.

Nasci na cidade de Fonte Boa, no interior do Amazonas. Em Manaus, galguei todas as posições da minha carreira política.

Em razão da contribuição para estabilizar o clima global e por sua imensa biodiversidade, a maior do planeta, a Amazônia é o mais valioso tesouro do Brasil e desperta interesses internacionais e de órgãos ambientais.

Eu faço uma breve retrospectiva da Amazônia brasileira, já que o meu Estado, o Estado do Amazonas, está inserido nesse contexto.

O maior exemplo de sucesso do desenvolvimento da Amazônia e do Amazonas é exatamente a Zona Franca de Manaus. Por isso, todos nós do Amazonas e da região somos favoráveis à reforma tributária, mas queremos que a Zona Franca de Manaus tenha as suas vantagens comparativas preservadas, e há um compromisso do Governo nessa direção.

A Zona Franca de Manaus, com cerca de 600 indústrias e mão de obra qualificada e local mantém mais de 500 mil empregos diretos e precisa ter, na reforma tributária, de acordo com a Constituição, os seus direitos preservados e a sua competitividade também.

Quero dizer aos companheiros que nos últimos anos a Amazônia tem procurado cumprir com o seu dever, e nós do Estado temos procurado preservar a floresta.

Claro, esta é apenas uma breve retrospectiva. Peço que este meu pronunciamento seja dado como lido para que ele fique nos Anais, neste dia em que o Deputado Átila Lins, decano desta Casa, inicia o seu nono mandato e preside a sessão que elegerá o novo Presidente da Câmara dos Deputados e os demais membros da Mesa Diretora.

Quero, por fim, nesta abertura da 57ª Legislatura, fazer um apelo às autoridades, a fim de que nós possamos realmente fazer um trabalho sério e correto em benefício da Região Amazônica. Nós somos a favor do desmatamento zero, mas queremos que busquem alternativas para desenvolver aqueles que vivem na Região Amazônica e que precisam também ter vida digna.

Antes de encerrar, quero registrar a presença da minha família — da minha esposa, dos meus filhos, dos meus netos —, que veio aqui testemunhar este momento e fazer com que a minha biografia seja diferenciada a partir desta data.

Encerrados esses breves comentários, informo que foi registrado junto à Secretaria-Geral da Mesa a formalização da criação do Bloco Parlamentar PL/UNIÃO/PP/MDB/PSD/Republicanos/PDT/PSB/PODE/AVANTE/PSC/Patriota/Solidariedade/PROS/PTB/Federação PSDB Cidadania/Federação Brasil da Esperança.



Houve, mediante acordo entre Líderes partidários, escolha dos cargos para composição da Mesa Diretora. Acrescento que foi registrada uma candidatura avulsa ao cargo de 2º Vice-Presidente.

Comunico ao Plenário que foram acolhidas pela Presidência as candidaturas que listarei a seguir, na ordem de inscrição.

Para o cargo de Presidente: Deputado Arthur Lira, Deputado Chico Alencar e Deputado Marcel van Hattem.

Para o cargo de 1º Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira.

Para o cargo de 2º Vice-Presidente, há dois candidatos: Deputado Sóstenes Cavalcante e Deputado Luciano Vieira. O Deputado Luciano Vieira é uma candidatura avulsa, porque, pelo acordo de Líderes, o candidato a 2º Vice-Presidente é o Deputado Sóstenes Cavalcante.

Para o cargo de 1º Secretário: Deputado Luciano Bivar.

Para o cargo da 2ª Secretaria: Deputada Maria do Rosário.

Para o cargo de 3º Secretário: Deputado Júlio Cesar.

Para o cargo de 4º Secretário: Deputado Lucio Mosquini.

Para os cargos de Suplentes de Secretário: Deputado André Ferreira, Deputado Gilberto Nascimento, Deputado Beto Pereira e Deputado Pompeo de Mattos.

A relação dos nomes dos candidatos para cada cargo consta do painel eletrônico, assim como da pauta eletrônica desta sessão e da publicação do *Diário da Câmara dos Deputados*.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a Mesa facultará o uso da palavra aos candidatos ao cargo de Presidente pelo tempo de até 10 minutos. A ordem dos oradores foi definida por sorteio, com a presença dos interessados.

Concedo a palavra ao primeiro orador, o Deputado Marcel van Hattem.

Documento 2/33

001.1.57.C

Publ.: DCN - 2/3/2023 -

CONGRESSO NACIONAL

Sessão Extraordinária - CN

ARTHUR LIRA-PP -AL

HOMENAGEM

02/02/2023-15:06

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário



Saudações às autoridades presentes. Desafio do Parlamento brasileiro de pacificação do País. Ocorrência de agressões à democracia brasileira. Retomada do ambiente de plena normalidade democrática, após os ataques de extremistas às sedes dos Poderes da República. Aprovação, pelo Congresso Nacional, da chamada PEC da Transição e de propostas de combate à pandemia de coronavírus e à miséria. Prioridade do Parlamento brasileiro na reforma tributária e na aprovação de novo regime fiscal. Manutenção pela Casa de intensa interlocução com a sociedade brasileira. Amadurecimento da democracia brasileira. Votos de profícuo desempenho do mandato parlamentar aos novos legisladores, com vista ao enfrentamento de grandes desafios nacionais.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Para discursar.) - Exmo. Sr. Senador da República Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional e do Senado da República, a quem aproveito para parabenizar pela recondução à Presidência do Senado para o biênio 2023-2025; Exma. Sra. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber; Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Rui Costa; Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras; 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Luciano Bivar; Exmos. Sras. e Srs. Embaixadores, Encarregados de Negócios e membros do corpo diplomático presentes nesta sessão; Sras. e Srs. Ministros de Estado; Sras. e Srs. Deputados e Senadores; Presidente do Tribunal Superior de Justiça, Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Ministro Lelio Bentes Corrêa; demais autoridades e convidados presentes; senhoras e senhores, o início de uma legislatura sempre é marcado pela esperança e pelo propósito de trabalharmos com afinco para que o Brasil seja cada vez mais democrático, próspero e socialmente justo.

Este ano temos mais um desafio, não menos importante, que é o de contribuir para a pacificação nacional. Somos, por excelência, abertos, para que o confronto de ideias e de visões de mundo sirvam para somar, e não para erguer barreiras de ódio e revanchismo. No Parlamento, adversários se respeitam e trabalham juntos em prol dos mais elevados interesses nacionais.

Recentemente, nossa democracia passou por uma de suas mais duras provas. O dano ao patrimônio material e imaterial da nação foi imensurável, mas o fato de estarmos aqui reunidos neste Plenário, menos de um mês após os ataques, num ambiente de plena normalidade democrática, mostra a força das nossas instituições.

As agressões covardes à democracia explicitaram o fato de que o Poder Legislativo não se confunde com o prédio onde ele funciona. O Parlamento são os senhores e as senhoras reunidos, escolhidos pela vontade do povo brasileiro consagrada nas urnas, povo a quem devemos honrar e servir com o melhor do nosso empenho e dedicação.

Manifesto aqui minha firme disposição de dialogar e colaborar com os demais Poderes da República para alcançarmos esses objetivos e estou certo de que os esforços das Sras. e dos Srs. Parlamentares serão indispensáveis nesse sentido.

O Parlamento sempre defenderá sua autonomia e o nosso sagrado direito à liberdade de expressão, porque essa é a essência mesma da democracia que se materializa nos mandatos dos Senadores e Deputados que periodicamente renovam a vontade popular expressa nas urnas.

Uma mostra inequívoca do espírito de colaboração do Parlamento foi dada no final do ano passado, com a célere aprovação da chamada PEC da transição, que assegurou ao Governo eleito os recursos necessários para a manutenção do valor pago às famílias beneficiárias de programas de assistência social.

Nos últimos três anos, enfrentamos uma emergência sanitária sem precedentes e conseguimos dar uma resposta à altura do desafio, aprovando medidas que evitaram o agravamento da miséria no país.

Os efeitos da pandemia ainda se fazem sentir e é necessário que este Parlamento, renovado, construa o arcabouço legislativo necessário para retomarmos o crescimento econômico, associado, sempre, à responsabilidade social.

Entre as pautas prioritárias para este ano, destaco a reforma tributária e a aprovação de um novo paradigma fiscal. Não tenho dúvidas de que a simplificação do nosso sistema tributário terá efeitos positivos na arrecadação e na justiça social. O Brasil há muito clama por uma solução definitiva para esse desafio.

Essa questão pontual se insere, é claro, no contexto da busca por uma sintonia fina entre os objetivos econômicos e as prioridades sociais, que são muitas. Integrar essas duas linhas de trabalho é imprescindível para que o Brasil reencontre o caminho do crescimento com responsabilidade.

Senhoras e senhores, desde a redemocratização o Congresso Nacional tem mantido uma intensa interlocução com a sociedade, e asseguro minha firme disposição de manter abertos e fortalecidos todos os canais de diálogo com a nação. Tenho a convicção de que este é o caminho para que o Parlamento possa realizar plenamente a sua função constitucional.

A democracia é o nosso farol e a defesa da liberdade é o que nos dá força para seguir em frente. Somos uma democracia madura e o Congresso Nacional será sempre o espaço para o debate franco, onde o encontro dos contraditórios conduz a uma síntese que representa o verdadeiro interesse nacional.

Por fim, desejo a todos uma legislatura de trabalho frutífero e capaz de enfrentar os grandes desafios nacionais. Que a nós sejam dados discernimento e determinação para cumprir esta elevada missão, honrando a confiança em nós



depositada pelas brasileiras e brasileiros.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

Documento 3/33

2.2023

Publ.: DCD - 2/4/2023 -

Sessão Ordinária - CD

03/02/2023-00:00

Rubens Pereira Júnior-PT -MA

ENCERRAMENTO

OUTROS
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao eleitorado maranhense pela reeleição do orador. Indicação do Parlamentar para o cargo de Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados. Apoio às pautas de reconstrução do País, encaminhadas à Casa pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ampliação da bancada petista na Câmara dos Deputados. Defesa de punição dos envolvidos nas manifestações golpistas ocorridas no Distrito Federal no dia 8 de janeiro de 2023. Realização da reforma tributária.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Oficialmente fui empossado para o meu terceiro mandato como Deputado Federal eleito pelo Maranhão, com o coração vibrando de felicidade. Quero agradecer ao povo maranhense pela confiança no meu trabalho e também a minha família, que sempre apoiou minha missão de servir ao próximo, diante dos olhos de Deus.

No segundo dia após a posse, dia 2 de fevereiro, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, me indicou para a Vice-Liderança do Governo na Câmara. O Deputado José Guimarães (PT/CE) é a principal Liderança. Eu vou me dedicar bastante.

O Presidente Lula confia no poder do diálogo, da construção e do papel do Parlamento na reconstrução do Brasil. Ele pediu que as Lideranças o apoiassem na articulação com o Congresso Nacional para garantir a aprovação dos projetos que vão ajudar a reconstruir o Brasil. Essa é a pauta do mundo real: vacinação; entrega de obras paradas; programas sociais; Minha Casa, Minha Vida; saúde, educação e cultura. E assim transformar a vida do povo que mais precisa e que foi tão esquecido pelo último Governo.

O meu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), ampliou a bancada em 13 cadeiras na Câmara. Foram eleitos 68 parlamentares, sendo 18 mulheres e 50 homens. O ódio gratuito terá fim a partir da união e do trabalho. A nossa missão agora é ajudar o Presidente Lula a acabar com a fome, a gerar empregos e a trazer de volta o desenvolvimento econômico e social, com justiça e dignidade.

É muito importante que avancemos nos projetos que mais importam neste momento. Eu fui Relator do texto que aprovou a Intervenção Federal na segurança pública de Brasília, portanto sou um defensor da punição aos que estão envolvidos em atos golpistas como os de 8 de janeiro de 2023. No entanto, acredito que agora este é um tema para a política e o Poder Judiciário. Nós que fazemos política precisamos priorizar as ações que impactam diretamente na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e é nisso que vamos focar também na Câmara Federal.

Temos algumas prioridades, principalmente no que diz respeito à agenda de mudanças para os que mais precisam. O Governo precisa garantir recursos para reverter o desmonte promovido intencionalmente pelo Governo Bolsonaro.

Há muito trabalho pela frente, e estamos dispostos a reconstruir o

Brasil. A reforma tributária é uma das medidas que vai garantir que haja justiça fiscal e social, uma vez que hoje os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos.

Era o que tinha a dizer.

Documento 4/33

3.2023 Sessão Ordinária - CD 07/02/2023-16:12
Publ.: DCD - 2/8/2023 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a decretação, pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, do sigilo da íntegra das imagens de atos anti-institucionais ocorridos no Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília, Distrito Federal. Crítica ao posicionamento do Presidente da República contrário à instalação de CPI destinada à investigação de atos de vandalismo ocorridos nas sedes dos Poderes da República. Contestação à decisão do Presidente Arthur Lira de criação de Grupo de Trabalho para rediscussão do tema da reforma tributária. Tentativa de implantação de modelo tributário retrógrado pelo Governo Federal.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (Bloco/PL - SP.
Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado.

Colegas, hoje todo mundo está chocado com as medidas...

Sr. Presidente, peço que meu tempo seja recuperado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Srs. Deputados, nós temos um Deputado na tribuna. Solicito silêncio no plenário. Temos um Deputado na tribuna.

Esta Presidência solicita silêncio aos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Coronel Chrisóstomo, Deputado Boulos, Deputado Luiz, esta Presidência pede aos senhores que tenham um pouco de paciência, porque nós temos um Deputado na tribuna.

A palavra está com o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANCA (Bloco/PL - SP) -



Sr. Presidente, colegas, hoje nós ficamos chocados com as medidas do atual ocupante da Presidência da República, que praticamente proibiu a veiculação das imagens dos atos anti-institucionais que aconteceram no dia 8 de janeiro, como também já se pronunciou contra a realização de uma CPI que daria transparência a todos os eventos horríveis que aconteceram aqui no dia 8. Ele não quer discutir este tema. Deve ter muita coisa para esconder.

É um ato nitidamente antidemocrático agir contra a transparência. É contra o avanço da democracia que ele está se colocando. Ele está se revertendo a um mundo muito antigo, ao mundo de Stalin, um mundo stalinista de controle de informação. Foi por isso que um editorial da *Folha de S.Paulo* o chamou de fóssil. É exatamente isto, um fóssil, porque tem pensamentos retrógrados, de uma esquerda marxista muito pesada. É exatamente assim que tem sido nos últimos 30 dias.

Chamo a atenção do Presidente Arthur Lira porque conheço um pouquinho de sua atuação e sei que ele não é um fóssil, mas talvez esteja cometendo um retrocesso — ainda não o cometeu, mas talvez o cometa. Temos a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2020, que trata da reforma tributária. Ela tramitou, foi aprovada em todas as Comissões e, na última Comissão Especial, foi aprovada unanimemente. Trata-se do melhor projeto que já se viu nesta Casa e, por isso, ela foi aprovada unanimemente. Porém, o que o Presidente Arthur Lira faz, talvez na ignorância de que este evento tenha acontecido na sua própria Casa? Ele resolve criar um grupo de trabalho para rediscutir o tema da reforma tributária, porque agora nós temos um novo Governo. Qual é a alavancagem do novo Governo e quais são suas propostas?

Nós sabemos que ele já é um fóssil, em se tratando de transparência, mas também é um fóssil na questão tributária. É exatamente isto que o novo Governo quer pautar: o retrocesso a um modelo tributário que não existe mais no mundo.

Espero que o Presidente Arthur Lira escute esta mensagem.

Presidente Gilberto Nascimento, muito obrigado.

Meus colegas, muito obrigado.

Documento 5/33

3.2023

Sessão Ordinária - CD

07/02/2023-15:28

Publ.: DCD - 2/8/2023 - José Airton Félix Cirilo-PT -CE

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Esperança de proficuidade dos trabalhos da Casa na atual legislatura. Expectativa quanto à realização da reforma tributária. Compromisso de atuação parlamentar em prol da melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (Bloco/PT - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Deputados e Deputadas, caros telespectadores, estamos retomando os trabalhos desta Casa com muita esperança de resgatar o sentimento de que o Brasil é um país de grandes oportunidades. Esperamos que esta Casa possa contribuir para que o Brasil resgate a esperança do nosso povo e que possamos dignificar a nossa atuação como Parlamentar e aprovar leis importantes para o nosso País. Vamos ter agora um período de grandes debates sobre reformas importantes para o povo brasileiro, entre elas a reforma tributária, uma das mais antigas discussões que temos nesta Casa. Já estou no quinto mandato de Deputado Federal e vejo essa discussão rolando aqui há muitos e muitos anos. Penso que agora há um sentimento de maturação da proposta, que temos que aprovar para simplificar as relações tributárias, diminuir a burocracia e, sobretudo, reduzir os impostos, para que tenhamos uma estrutura tributária eficiente, simples, e possamos com esses tributos realizar políticas públicas que beneficiem o povo brasileiro.

Com muito orgulho, venho da cidade de Aracati, minha cidade mãe, e da cidade de Icapuí, cidades onde fui Vereador e Prefeito. Durante esses mandatos, venho contribuindo não só para o Brasil, mas sobretudo para o nosso Estado. É com o sentimento de dever cumprido que continuarei lutando no nosso Parlamento para concretizar a esperança das pessoas em dias melhores.

Sr. Presidente, eu quero saudar a todos os Parlamentares, reeleitos e novatos. Espero que possamos, independentemente das nossas diferenças políticas ou ideológicas, chegar ao que é o melhor para o País. É isto que as pessoas esperam de cada um de nós, que saibamos contribuir com reformas, mudanças, aprovação de projetos importantes para o nosso povo.

E, para complementar, Sr. Presidente, fica registrado o nosso compromisso com as mudanças necessárias para beneficiar a vida do povo neste período tão difícil que o Brasil vem atravessando, infelizmente com muitos retrocessos, em políticas diversas, sobretudo nas áreas sociais, com aumento da fome e volta da pobreza. Temos que ter em mente que somos um país rico, maravilhoso.

Sr. Presidente, muito obrigado.

3.2023

Publ.: DCD - 2/8/2023 -

Sessão Ordinária - CD

José Guimarães-PT -CE

07/02/2023-19:16

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Deputado Km Kataguiri sobre a proposta de recomposição do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e do Conselho de Administração de Recursos Fiscais - CARF. Anúncio de encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de reforma tributária.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Em outro momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, farei um pronunciamento em nome do Governo, da relação do Governo com o Parlamento, em especial com a Câmara dos Deputados, aqui do Plenário Ulysses Guimarães. Eu o farei em outro momento, porque esta é uma sessão que não tem grandes votações. Neste momento, farei apenas algumas considerações acerca das principais matérias sobre as quais já, já esta Casa vai se debruçar para votar, especialmente duas matérias que são muito importantes para o País. Uma delas é a mudança de dois conselhos, o COAF e o CARF.

Eu ouvi há pouco o Deputado Kim Kataguiri fazer um pronunciamento, e eu queria fazer algumas considerações, com a devida vênia, com o devido respeito que tem de prevalecer nas nossas relações aqui na Câmara nesta nova legislatura.

A primeira delas é que todo mundo sabe, Deputado Kim, que o COAF sempre, em todos os Governos, foi vinculado ao Ministério da Fazenda — em todos os Governos! —, desde que foi criado. Por que o COAF foi para o Banco Central, com o nosso voto? Porque à época se queria levá-lo para o Ministério da Justiça, para fazer o processo de perseguição política e criminalização da política. Cada vez fica mais claro isso. Inclusive, nessa questão, o Paulo Guedes tinha razão, e o COAF foi para o Banco Central. É um conselho administrativo, não tem caráter punitivo e nem penal. É administrativo!

E, quando o Ministro Haddad fala em recompor esses conselhos, está exatamente dentro de uma concepção republicana de comando do Ministério da Fazenda. Quando ele anuncia que encaminhará ao Parlamento o novo arcabouço fiscal do País, por conta da aprovação que nós fizemos da PEC do Bolsa Família, da PEC da Transição, e também quando ele anuncia que mandará uma proposta de reforma tributária, a partir do que está tramitando nas duas PECs, a PEC da Câmara e a PEC do Senado, a PEC 45/19 e a PEC 110/19, é pela responsabilidade que ele tem no sentido da reconstrução econômica do País.

Portanto, o COAF não é nem foi instrumento de perseguição, a não ser quando queriam transformá-lo em um aparelho político para perseguir políticos,



inclusive, como diziam os próprios filhos do Presidente. Era essa a fundamentação. E foi por isso que nós não deixamos... Nós votamos aqui favoravelmente à não ida do COAF para a Justiça, porque aquele era o objetivo dele. Quem não sabe disso aqui? Quem não ouviu, Deputado Bacelar? Quem não se lembra dos argumentos? Quem não se lembra do que feito aqui, quando nós votamos essa matéria? Lembra, Deputada Erika? Era exatamente isso. Nós não tínhamos saída, a não ser colocá-lo no Banco Central.

Deputado Kim, quero esclarecer isto: não é nem nunca foi nosso estilo usar dos instrumentos de política econômica e de órgãos administrativos, como o COAF, para perseguir ninguém. Não faz parte do nosso modelo nem faz parte da orientação do Governo do Presidente Lula.

A segunda matéria a que V.Exa. fez referência é o CARF, Deputado Kim.

Eu digo a esta Casa que fiquei estarrecido com os dados que ouvi ontem. A narrativa é de que, no direito ao recurso, o empate levará à judicialização e será, portanto, para defender o contribuinte. Pasmem, Deputadas e Deputados, só para que V.Exas. tenham ideia, por todos os processos judicializados são responsáveis somente 26 empresas. O contribuinte não vê nem ganha absolutamente nada, a não ser os grandes contribuintes. É por isso que o empate no direito de recorrer à Justiça só favorece os grandes contribuintes. Não tem nada a ver com defesa do contribuinte. São dados! Podem açãoá-los! Não tem nada a ver com defesa do contribuinte, muito pelo contrário. É até injusto com aqueles empresários sérios, que querem contribuir com o desenvolvimento do País na relação emprego e renda.

Portanto, do jeito que está o CARF, só quem ganha é meia dúzia de grandes empresas que judicializam as questões. E hoje, Deputada Erika Kokay, se continuar desse jeito, o País deixa de arrecadar quase 60 bilhões de reais. Sabe por conta de quem? De 26 empresas! Portanto, não tem nada a ver com defesa do contribuinte, que não ganha coisa alguma. Só ganham os grandes conglomerados, que não querem pagar o que devem, que não querem contribuir com o desenvolvimento, que não querem cobrança e tal. Quando dá empate, só eles se beneficiam.

Então, o que o Ministro Haddad está propondo é fazer correções para garantir a integridade desses conselhos, para transformá-los em órgãos que garantam a integridade do funcionamento do sistema. Por isso é que esta medida provisória é importante.

É claro, Deputado Kim, que nós vamos discutir, como fizemos com a PEC do Bolsa Família.

O Congresso vive outro momento. Nós temos dito isso ao Presidente. Talvez por conta de todo esse processo que nós estamos construindo é que o Deputado Arthur Lira foi eleito com 464 votos — e peço vênia, com todo o respeito, ao candidato e meu amigo Deputado Chico Alencar. É um processo de construção



política em que tem que ser preservada uma relação civilizada. Isso aqui não pode ser um puxadinho do Palácio; nem o Palácio pode ser um puxadinho da Câmara. Esta Casa tem que funcionar com autonomia, não pode ser essa zorra que esse Governo fez com o Parlamento brasileiro.

Nós estamos recompondo tudo isso, Deputado Kim, e vamos dialogar com V.Exa., para buscarmos o equilíbrio necessário para a republicanização do País e, inclusive, da nova política econômica que está em curso. E nós vamos encaminhar ao Congresso a proposta de reforma tributária, o novo arcabouço fiscal. Esse é o debate que nós temos que fazer, em busca do equilíbrio que precisamos. Portanto, é bom que o Parlamento brasileiro tenha a dimensão do que está sendo discutido, porque as narrativas são feitas e nem sempre elas correspondem de fato à realidade prática dos números que ostentam essa injustiça fiscal e tributária que acontece no País.

Por isso, deixo esse registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 7/33

3.2023	Sessão Ordinária - CD	07/02/2023-00:00
Publ.: DCD - 2/8/2023 -	Josenildo-PDT -AP	
	ENCERRAMENTO	OUTROS DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao eleitorado amapaense pela expressiva votação alcançada pelo orador. Apoio à reforma tributária. Compromisso de atuação em defesa do desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, com ênfase na geração de emprego e renda. Trajetória profissional do orador. Transcurso do 265º aniversário de criação da Capital Macapá. Contribuição do comércio e dos setores empresarial e turístico para o crescimento da economia amapaense.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSENILDO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, requeiro que o discurso que passo a proferir seja inserido nos Anais desta Casa, bem como que a ele seja dada ampla divulgação nos meios de comunicação e, ainda, no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, quero iniciar o meu pronunciamento agradecendo aos 27.112 eleitores que me concederam seu voto no último pleito, em outubro, quando conseguimos expressiva votação para a vaga de Deputado Federal. Essa expressiva votação, confesso, muito me surpreendeu pela confiança depositada no meu nome. O povo do Amapá acreditou na minha experiência como gestor, com mais de 30 anos de serviço público.

A bancada do Amapá é pequena. Por isso, temos que trabalhar de forma unida. Nesta Casa do Parlamento, pretendo defender a reforma tributária, proposta que já tramita no Congresso Nacional e é extremamente importante.

Como meta para este mandato, temos como objetivo a boa relação com nossas Prefeituras Municipais, com o Governador Clécio Luís, trabalhando sempre de forma coordenada e integrada com o Governo do Estado e com as Prefeituras.

Neste primeiro ano, especificamente, pretendemos trabalhar com pautas que ensejam o desenvolvimento econômico do Estado, com foco na geração de emprego e renda.

Sou natural da cidade de Serra do Navio, no interior do Estado do Amapá, e comecei minha carreira na Secretaria da Fazendo do Amapá, a SEFAZ, tendo sido, naquela oportunidade, o mais jovem selecionado. Assumi a Secretaria de Fazenda do Município de Santana e depois, por quase 8 anos, fui Secretário de Fazenda do Estado do Amapá. Fui ainda, por dois mandatos, Vice-Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Economia ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal — COMSEFAZ.

Por fim, quero registrar que Macapá, a Capital do meu Estado, completou no último dia 2 de fevereiro seu 265º aniversário. O



comércio é uma das maiores fontes de renda para o Amapá, setor responsável por quase metade da receita, mas o serviço público é o setor que mais cresceu durante as últimas décadas e o que mais tem contribuído para o crescimento e o desenvolvimento econômico do Amapá.

As empresas privadas são responsáveis por, aproximadamente, 70% dos postos de trabalho. No ano de 2006, surgiram mais de mil empresas, e o emprego no segmento industrial cresceu 33%, número superior à média nacional, que é de 23%.

O turismo também é de grande importância para a economia local. Entre os principais destinos turísticos do Estado, podemos destacar: a capital e as cidades de Serra do Navio, Mazagão, Oiapoque, Amapá, Ferreira Gomes e Porto Grande.

Parabéns, Macapá, pelos seus 265 anos!

Era este o registro que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

Documento 8/33

4.2023

Sessão Ordinária - CD

08/02/2023-16:52

Publ.: DCD - 2/9/2023 - Daniel Soranz-PSD -RJ

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Elogio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo lançamento do Programa de Redução de Filas de Emergência. Realização da reforma tributária.

O SR. DANIEL SORANZ (Bloco/PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero fazer dois agradecimentos aqui.

O primeiro agradecimento, Presidente, é ao programa lançado pelo Ministério da Saúde hoje, pela Ministra Nísia Trindade e pelo Presidente Lula para zerar as filas do sistema de regulação. Hoje uma das maiores dificuldades para as

pessoas dentro do Sistema Único de Saúde, sem dúvida alguma, é conseguir uma consulta com um especialista, é conseguir uma consulta ou um procedimento no tempo e na hora corretos.

Esta semana, nesta segunda-feira, o Presidente Lula lançou, no Rio de Janeiro, na inauguração do Super Centro Carioca de Saúde, o Programa de Redução de Filas de Emergência. Esse é um ponto que merece elogio e acompanhamento desta Casa, porque é um ponto fundamental para garantir um direito previsto na Constituição Federal: o direito de acesso à saúde.

Presidente, também quero registrar a importância de iniciarmos logo um debate que é fundamental para o Brasil: o debate da reforma tributária. No dia de hoje, o programa RenovaBR apresentou uma grande discussão aqui em Brasília — e contou com a presença de vários Parlamentares — sobre a reforma tributária. O Secretário Especial para a Reforma Tributária, o Bernard Appy, fez uma apresentação muito importante dos dois projetos de lei em pauta nesta Casa, das duas propostas de reforma em tramitação.

Então peço, Presidente, que aceleremos ao máximo as discussões da reforma tributária, que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

Obrigado.

Documento 9/33

4.2023 Sessão Ordinária - CD 08/02/2023-18:00

Publ.: DCD - 2/9/2023 - Coronel Ulysses-UNIÃO -AC

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao eleitorado acreano pela assunção do mandato parlamentar. Compromisso de atuação em defesa das demandas das Prefeituras Municipais, da área de segurança pública e do Estado do Acre. Importância de fiscalização e controle das fronteiras brasileiras. Discussão das reformas administrativa e tributária e do papel do Estado brasileiro na economia. Importância do combate à fome e às drogas no País. Reequilíbrio dos Poderes da República. Intrafegabilidade da BR-364 no Estado do Acre. Captação de recursos orçamentários para o desenvolvimento socioeconômico acreano

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero agradecer a Deus acima de todas as coisas pela oportunidade de estar nesta Casa. É a primeira vez que estou na tribuna. Agradeço ao povo do Acre por ter confiado em mim,

dando-me a possibilidade de poder representar cada acreano nesta Casa.

Meu trabalho vai estar sempre voltado para o benefício do nosso Estado e também das Prefeituras, logicamente buscando os recursos necessários por meio de emendas e o que for preciso para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Acre. E não vou me esquecer da nossa principal bandeira, que é a questão da segurança pública e, logicamente, da defesa das nossas fronteiras, que influenciam diretamente a criminalidade e a violência na zona urbana no Sudeste e nas demais regiões do País. Tudo isso começa na nossa porta de entrada: as fronteiras.

Em âmbito nacional, nós vamos discutir o papel do nosso Estado na economia e a implementação das reformas administrativa e tributária, além da retomada do crescimento não somente do nosso Estado, mas também do País, assim como o combate à fome, o combate às drogas e, claro, o combate ao ataque àquilo que nós chamamos de democracia. Nós queremos que o reequilíbrio dos Poderes possa retornar à República, principalmente a esta Casa Legislativa.

Além disso, vamos trabalhar, sem trégua, para solucionar os gargalos de infraestrutura, como ocorre no Estado do Acre, em relação à BR-364, que hoje tem mais de 653 quilômetros praticamente intransitáveis, dificultando as questões econômicas, sociais, muitas vezes até de saúde, e, em especial, da dignidade das pessoas que residem naquela região.

Vou agir fortemente também na captação dos recursos para o Estado, na elaboração de emendas e na busca de recursos extraorçamentários dos Ministérios, bem como na implementação de convênios necessários ao desenvolvimento econômico e social.

Como um dos fundadores da COE, do Batalhão de Operações Especiais e do GEFRON em nosso Estado, vamos dar ênfase à segurança pública e, logicamente, defender as pautas que permitam aos policiais trabalharem sem serem perseguidos ou prejudicados, como nós temos visto na imprensa. Muitas vezes, as pessoas resistem a alguma ação da polícia. Na verdade, há um incentivo por parte da Esquerda de enfrentamento da polícia, das autoridades, e nós não podemos concordar com essa situação de maneira...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC) - Muito obrigado pela oportunidade.

Quero dizer ao Estado do Acre que nós vamos estar sempre fortes, vamos estar sempre vigilantes, não permitindo que pautas prejudiciais para o País e para o

nosso desenvolvimento econômico passem nesta Casa.

Muito obrigado.

Documento 10/33

5.2023

Publ.: DCD - 2/10/2023 -

Sessão Ordinária - CD

09/02/2023-12:48

Fausto Santos Jr.-UNIÃO -AM

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao povo amazonense pela eleição do orador. Defesa de manutenção, no processo de reforma tributária, de vantagens competitivas da Zona Franca de Manaus. Apreensão ante os ataques do Presidente da República ao Banco Central do Brasil. Adoção de agenda desenvolvimentista do Brasil.

O SR. FAUSTO SANTOS JR. (Bloco/UNIÃO - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos os colegas e as colegas aqui no plenário.

Quero primeiramente agradecer a Deus e ao povo do Amazonas pela oportunidade de estar aqui representando o meu Estado na Câmara dos Deputados. É uma honra. Pela primeira vez estou aqui ocupando a tribuna desta augusta Casa.

Quero dizer que o meu agradecimento será realmente com o meu trabalho aqui pelo povo do Amazonas e que nós fomos eleitos com as pautas de defesa da família, com as pautas de defesa dos empregos dos amazonenses, e que nós vamos ser uma trincheira, um soldado realmente intransigente, para que possamos defender o nosso Estado.

Muito me preocupam, Sr. Presidente, diversas pautas nas quais observamos a incoerência do atual Governo, que, no momento da campanha, disse uma coisa, e agora, no momento da prática, diz outra. Muito se falou, durante a campanha, em relação à preservação da Amazônia. Nós sabemos que a grande razão, principalmente no Estado do Amazonas, de nós termos 98% da nossa floresta preservada, é a existência da Zona Franca de Manaus como modelo econômico exitoso, que garante quase 90% da receita do nosso Estado e que, lamentavelmente, vem sendo sistematicamente atacada por todos os membros que fazem ali a composição, a montagem do que o Governo pensa em relação à reforma tributária. Nós precisamos garantir, nessa reforma, as vantagens comparativas, as vantagens competitivas que a nossa Zona Franca de Manaus possui para atrair empresas e, dessa forma, atrair os quase 500 mil empregos



que são gerados somente na cidade de Manaus.

Muito me preocupa, Sr. Presidente, já observando do ponto de vista nacional, o ataque ao Banco Central, o ataque a todas as alternativas econômicas de forma liberal, do ponto de vista da independência financeira, que existem e que foram conquistadas inclusive pela bancada federal do meu Estado, uma vez que a independência do Banco Central foi uma proposição do Senador Plínio Valério, do Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, nós estaremos aqui imbuídos de tratar de uma agenda desenvolvimentista para o Brasil e, dessa forma, também contemplar o Estado do Amazonas.

A Amazônia é a grande razão e a grande temática pela qual o Brasil é cobrado em todo o mundo. A sua preservação se deve à preservação também do modelo econômico que é a Zona Franca de Manaus. Mas se deve também a toda a agenda, porque, quando o Brasil se desenvolve, todos os Estados se desenvolvem. Assim também será com o Estado do Amazonas.

O nosso papel aqui é de ajudar, auxiliar o desenvolvimento do nosso País. Vamos em frente apoiar todas as pautas que nós entendemos que são fundamentais para que o Brasil se desenvolva.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenho dito.

Documento 11/33

5.2023

Sessão Ordinária - CD

09/02/2023-09:00

Publ.: DCD - 2/10/2023 - Sidney Leite-PSD -AM

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador a respeito da reforma tributária. Defesa da apresentação de projeto de lei sobre a simplificação do arcabouço tributário nacional. Inadiável realização da reforma fiscal.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu entendo que, para o povo brasileiro, a indústria, o comércio, os serviços e todos aqueles que empreendem, é inadiável o debate para que este Parlamento, Câmara e Senado, possam votar a reforma tributária. Mas não pode ser uma solução milagrosa. Em um país continental como o Brasil, com realidades extremamente distintas, com desigualdades que saltam aos olhos, nós não podemos ter uma referência

única de valor sobre a questão tributária, como um único Imposto sobre Bens e Serviços, Sr. Presidente.

Senão, vejamos: como fica o setor de serviços? Chamo a atenção para o turismo e para a cultura, segmentos que sofreram muito com a pandemia. E boa parte da população já sofre por falta de acesso a políticas públicas de qualidade na saúde. Um imposto único vai dificultar ainda mais essa situação, porque, se nós tivermos que pôr em prática um imposto com alíquota na casa dos 25%, com certeza os valores praticados pelo setor de saúde no Brasil se tornarão insuportáveis para a maioria daqueles que hoje consegue acessar o sistema de saúde. E o mesmo acontecerá na educação. A universidade particular não resistirá a uma alíquota de 25% para um tributo sobre a prestação do seu serviço. Por isso digo que precisamos de um debate profundo sobre uma reforma que atenda os setores produtivos, a fim de que o Brasil possa construir uma política industrial. A sociedade clama por isso.

Mas há outra coisa: não podemos aumentar a desigualdade, nem a desigualdade regional, nem a desigualdade econômica, que impõe uma dura realidade à maioria do povo brasileiro. Por que eu digo isso? Porque, se nós mantivermos ou aumentarmos a regressividade tributária, pela qual quem paga imposto é o pobre, é o trabalhador, porque a carga tributária maior está no consumo, só vamos ampliar esse fosso.

É importante também que possamos tratar do imposto sobre a renda e a propriedade e tirar o foco exclusivo do consumo, para dar um fôlego ao trabalhador, à população de baixa renda, e diminuir a desigualdade, afinal, é isso que prega a nossa Constituição.

Entendo também que nós não precisamos de uma mudança constitucional para fazer uma reforma tributária. Um projeto de lei é suficiente para que possamos apresentar ao Brasil uma proposta simplificada que atenda os setores produtivos e que diminua a carga tributária, haja vista que a carga tributária no Brasil é uma das mais altas do mundo.

Nós também não podemos adiar o debate sobre a questão fiscal e a reforma fiscal. Por quê? Porque muitas vezes não vemos eficiência nos Governos, sejam no Governo Federal, seja no Governo Estadual ou no Governo Municipal, na execução orçamentária.

Solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 12/33

5.2023
Publ.: DCD - 2/10/2023 -

Sessão Ordinária - CD 09/02/2023-00:00
Rubens Pereira Júnior-PT -MA
ENCERRAMENTO OUTROS



Sumário

Atividades desenvolvidas pelo orador na condição de Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Esta semana foi marcada pelo início de mais uma legislatura nesta Casa. Foram dias muito intensos, que marcam historicamente o compromisso deste Parlamento e do Governo Lula com a agenda de transformações sociais que tantos brasileiros querem e precisam.

Tive a honra de ser escolhido pelo Presidente Lula para ser um dos três Vice-Líderes do Governo filiados ao PT. Mesmo estando há tão pouco tempo no Partido dos Trabalhadores, sempre estive ao lado das bandeiras progressistas ao longo da minha carreira e me comprometo a fortalecê-las neste momento tão relevante da vida nacional.

Nestes dias iniciais de trabalho, tive a oportunidade de fortalecer as negociações para que o Governo prepare as prioridades que temos agora, quais sejam, as de fortalecer a base governista para votar reformas importantes, a começar pela reforma tributária. Eu me reuni nesta semana, inclusive, com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. E o nosso compromisso é dialogar com os demais Parlamentares para garantir que haja uma ampliação da



política de justiça fiscal que equilibre melhor a cobrança de tributos no País, aliviando o bolso dos mais pobres.

Também estive com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin. Construímos uma Frente Parlamentar de apoio ao empreendedorismo e dialogamos sobre a necessidade de alterar regras do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e garantir mais recursos para programas sociais.

Estive, ainda, na posse do novo Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Fernando Oliveira. A posse ocorre justamente no momento em que se completa 1 mês dos ataques aos três poderes e mostra que a Democracia no Brasil nunca esteve tão forte, uma vez que instituições como a PRF agora voltam a exercer seu verdadeiro papel constitucional: defender as instituições e o Estado de Direito.

Em nosso gabinete, tivemos a oportunidade de conversar com os mais amplos setores da sociedade. Recebemos lideranças, gestores, representantes de instituições sociais, e também conversamos com a imprensa, prestando contas da nossa atuação parlamentar.

Foi uma primeira semana de bastante trabalho, Sr. Presidente. Sinto-me feliz pela oportunidade de ajudar o Maranhão e o Brasil neste Parlamento, ao qual sou muito grato.

Era o que tinha a dizer.

Documento 13/33

5.2023
Publ.: DCD - 2/10/2023 -

Sessão Ordinária - CD
Luiz Nishimori-PSD -PR
ORDEM DO DIA

09/02/2023-12:56
PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



Potencial econômico, energético e agrícola do Brasil. Realização das reformas tributária e educacional. Apresentação de plano nacional de industrialização.

O SR. LUIZ NISHIMORI (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, costumo dizer que acredito no potencial do Brasil, no potencial econômico que temos aqui no Brasil — aliás, o maior mercado da América Latina, um mercado invejável —, e no potencial energético. Além de Itaipu, biodiesel, biomassa, álcool etanol e outros, também temos recursos naturais aqui no Brasil. Mas, acima de tudo, Sr. Presidente, nós temos uma brilhante agricultura, que representa um terço do PIB nacional, 37% dos empregos formais e informais e, além disso, coloca comida na mesa. É fantástico!

Lógico que nós temos que fazer muitas mudanças também. A reforma tributária é uma delas. Tenho certeza de que esta Câmara e o Congresso Nacional irão aprovar a unificação de impostos sobre consumo no primeiro semestre. Essa reforma tributária é importante, bem como a reforma educacional. Além de uma reforma, a revolução educacional é importante.

Eu estou apresentando neste mandato — este é o quarto mandato que estou exercendo — o plano nacional de industrialização, para apoiar as pequenas e médias indústrias aqui no Brasil, que não têm apoio nem incentivo, começando pelos insumos agrícolas. Todos os senhores sabem que nós importamos mais de 80% dos fertilizantes usados no Brasil. Há um mercado de 15 bilhões de dólares que está aí. Basta fabricar nitrogênio, fosfato, potássio e micronutrientes para ajudar nessa questão da agricultura e baratear o custo dos fertilizantes. É muito fácil. Nitrogênio é extraído do petróleo, e o fosfato nós temos em abundância.

Concluindo o meu raciocínio, eu acho que o plano nacional de industrialização é muito importante. Vamos apoiar, sim, as pequenas e médias indústrias, que estão precisando.

Além disso, precisamos trazer tecnologia de ponta. O mundo necessita também de semicondutores de ponta, porque uma guerra econômica está ocorrendo, e o Brasil tem que entrar também na produção de semicondutores de ponta.

Muito obrigado.

Documento 14/33

5.2023

Publ.: DCD - 2/10/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Marangoni-UNIÃO -SP

09/02/2023-13:36

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados Antonio Carlos Rodrigues e Arnaldo Jardim, novos coordenadores da bancada federal paulista. Exigência de inclusão de obrigações acessórias, multas e simplificação de impostos no processo de reforma tributária. Inadmissibilidade de retrocesso quanto ao voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, nobre colega Deputado Cabo Gilberto.

Presidente Pompeo de Mattos, meus caros amigos e amigas Parlamentares, venho falar a respeito de um tema muito importante, a reforma tributária. Mas, antes de falar sobre a reforma tributária, eu queria parabenizar o nosso Ministro Antonio Carlos Rodrigues e o nosso decano, o Deputado Arnaldo Jardim, pela coordenação da bancada paulista. Eles foram eleitos ontem para o próximo biênio.

Mas vamos falar um pouquinho sobre a reforma tributária e, depois, vamos abordar um pouquinho o voto de qualidade do CARF, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Sr. Presidente, a reforma tributária, como todos sabem, é o tema de maior importância e é objeto da maior proposição que vai ser votada nesta Casa neste ano. É o que esperamos. Ontem estivemos num encontro promovido pelo RenovaBR, junto com o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, que eu estimo muito, é uma pessoa de grande competência. Mas ainda não foi esclarecida a maneira como algumas questões serão tratadas na reforma tributária prevista nestas duas propostas de emenda à Constituição, a PEC 45/19 e a PEC 110/19.

Nós precisamos tratar das multas tributárias que já foram exaustivamente consideradas constitucionais pelo STF — não vi qualquer discussão acerca disso — e da simplificação, Sr. Presidente, das obrigações acessórias, que geram um tremendo custo tributário para as empresas brasileiras. Sabemos das dificuldades. Não adianta falarmos só do consenso sem termos proposta concreta para resolvemos a questão das multas e das obrigações acessórias.

Outro ponto, meu nobre colega, é o do imposto sobre valor agregado. Trata-se da simplificação dos impostos indiretos, IPI, ICMS. Mas qual vai ser o impacto disso nos Estados e nos Municípios? Não adianta existir um prazo de adaptação de 40 anos se houver impacto direto na arrecadação dos Estados e dos Municípios. Então, esse é um tema que precisa ser urgentemente tratado, porque estamos falando sobre o bem-estar das pessoas.

Por fim, Sr. Presidente, não podemos retroagir quanto ao voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O CARF precisa ser pensado

como um todo, porque muitas empresas, principalmente as pequenas e as médias, sequer conseguem recorrer ao CARF.

Sr. Presidente, eu queria deixar registrado esse ponto, para que haja atenção desta Casa quanto à reforma tributária que vamos debater aqui.

Muito obrigado.

Documento 15/33

6.2023 Sessão Ordinária - CD 14/02/2023-20:08
Publ.: DCD - 2/15/2023 - Reginaldo Lopes-PT -MG
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de aprofundamento dos debates na Casa sobre a taxa de juros. Realização da reforma tributária. Conveniência de conciliação dos mandatos dos Presidentes da República e do Banco Central.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos e a todas. Cumprimento V.Exa., Presidente Marcos Pereira.

Quero reafirmar aqui a importância do debate em relação à taxa de juros no Brasil. É evidente que nós não devemos acreditar que é possível reduzir a taxa de juros na canetada, mas também é inaceitável que a política monetária brasileira aumente a taxa de juros também na canetada. Precisamos compreender que esse debate é extremamente importante para o futuro do Brasil, em especial para a reindustrialização do País e para o capital produtivo no Brasil.

Após a pandemia, não há nenhuma justificativa para as altas taxas de juros que o Brasil pratica. Do ponto de vista do juro real, o Brasil tem uma das maiores taxas de juros do mundo.

Acredito que esta Casa deve, sim, debater esse assunto e ajudar a criar condições para a redução da taxa de juros no Brasil, principalmente com mudanças mais estruturantes, como, por exemplo, a reforma tributária.

A reforma tributária deve ser uma conquista desta legislatura, da Câmara e do Senado, e também da sociedade brasileira. Ela deve ser priorizada pelo Presidente Lula, pelo Ministro Fernando Haddad, mas também deve ser reflexo de um desejo da sociedade brasileira por um sistema desburocratizado.

simplificado, moderno e capaz de fazer justiça tributária.

Por outro lado, é evidente que nós não podemos achar que a política monetária está dissociada da política econômica. Na minha opinião, o Banco Central sempre teve autonomia, tanto no primeiro quanto no segundo Governos do Presidente Lula. Não se faz autonomia na canetada. É errado achar normal que o Presidente do Banco Central tenha um mandato dissociado do mandato do Presidente da República. Acho que a autonomia está consolidada, mas ter dado ao Presidente do Banco Central um mandato que não se concilia com o mandato presidencial concedido pelo povo brasileiro foi um grande equívoco da lei que deu autonomia ao Banco Central. Esse é um debate ao qual todos aqui que pensam o Brasil, que querem desenvolver o Brasil, gerar emprego, devemos nos dedicar nos próximos dias, nos próximos meses, para construirmos conjuntamente uma taxa de juro dentro da conjuntura internacional que possa fazer o Brasil criar um ecossistema para atrair mais investimentos, produzir riqueza e fazer aquilo com que todos Parlamentares sonhamos: reduzir a desigualdade deste País.

O Brasil é muito rico, mas muito desigual. Precisamos produzir mais para o Brasil ser um país justo.

Obrigado, Presidente.

Documento 16/33

6.2023	Sessão Ordinária - CD	14/02/2023-21:24
Publ.: DCD - 2/15/2023 -	Julio Lopes-PP -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização da reforma tributária no País. Encaminhamento, pelo orador, de legislações específicas para a criação de impostos digitais, eletrônicos, integrados e automáticos.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, meu colega de tantos mandatos, iniciamos o nosso quinto mandato nesta Casa para buscar o aperfeiçoamento do Brasil, a sua simplificação, desburocratização e digitalização. Tenho a convicção de que, ao buscarmos novas possibilidades, metodologias e meios, vamos propor ao Brasil não só uma reforma tributária eficiente, mas, antes dela, vamos quantificar com exatidão quanto teremos que cobrar de impostos ao cidadão.

Ao propormos que todos os Municípios, os 5.580 Municípios, os 27 Estados e a União Federal tenham uma tributação digital simultânea, *on-line* e em *real*

time, em que todos os impostos serão cobrados nas mesmas taxas, nas mesmas datas, nos mesmos vencimentos, com a mesma carga fiscal, sem alterar nada, sem alterar qualquer critério, qualquer valor, qualquer percentual, apenas com uma cobrança automática na qual o cidadão possa acompanhar aquilo que deve de tributo ao Estado, na qual a empresa também possa acompanhar a sua situação *on-line* e em tempo real, nós vamos mudar o cenário fiscal brasileiro.

Faremos uma enorme ampliação da base tributária. Com isso, vamos permitir que qualquer reforma posterior seja inserida nesse contexto de digitalização do Brasil. Exemplos no mundo inteiro vêm mostrando a eficiência da digitalização do Estado, e o Brasil conseguiu realizar a maior infraestrutura de governo digital do mundo. Hoje, no "gov.br", temos uma estrutura inimaginável. Nós temos capacidade informacional e computacional para atender a situação e promover a solução na sociedade brasileira, e não estamos utilizando-a.

Portanto, faço uso desta tribuna hoje para dizer que estou encaminhando, através de legislações específicas, uma forma de promover uma nova ideia. O que é uma nova ideia, Presidente? A ideia é criar impostos digitais, eletrônicos, integrados e automáticos. Assim, nós vamos começar uma verdadeira revolução digital, que vai ajudar o Brasil a se transformar, com a diminuição de impostos e o aumento da base tributária, com a decuplicação da sua tributação e da sua arrecadação. Na realidade, nós vamos arrecadar muito mais, tributando menos, de forma automática, eletrônica, digital e *on-line*.

Peço a reprodução desta fala, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos.

Documento 17/33

6.2023	Sessão Ordinária - CD	14/02/2023-20:12
Publ.: DCD - 2/15/2023 -	Jack Rocha-PT -ES	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação da Medida Provisória nº 1.138, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 12.249, de 2010, para disposição acerca da redução da alíquota do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre operações do setor de turismo. Importância da votação da proposta de reforma tributária. Repúdio aos atos golpistas ocorridos na Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023. Compromisso da oradora com a defesa dos direitos das mulheres negras e de outras minorias. Saudação aos militantes petistas pela recondução de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu venho de um Estado em que, com certeza, com a medida provisória que aprovamos aqui hoje de incentivo ao turismo e às agências de viagem, vai haver uma verdadeira revolução, porque estamos falando de valorizar o turismo, de gerar emprego e renda e principalmente de voltar a colocar os trabalhadores e as trabalhadoras no orçamento.

Eu me chamo Jack Rocha, venho do Espírito Santo e, como única representante mulher da minha bancada, mulher negra, estou aqui também para falar em nome daquelas que me deram a oportunidade de estar aqui representando as mulheres capixabas e também o rosto e a voz das mulheres brasileiras.

Nos últimos tempos, nos últimos meses, com o Presidente Lula, ainda na transição, nós fizemos um movimento importante para unificar este Parlamento, para que aqui dentro pudessem ser apresentadas e votadas as verdadeiras bandeiras de que o povo precisa para que possamos vencer as desigualdades e principalmente os desafios que temos para a reconstrução do País, num momento tão decisivo. Temos que discutir a reforma tributária e outras matérias, assim como foi com a PEC da Transição, com unidade, respeito e, sobretudo, com as bases da democracia, que deve ser a nossa vocação principal no Parlamento brasileiro.

Os atos ocorridos no dia 8 de janeiro devem ser veementemente repudiados, porque ali não está considerado nem sequer o nosso papel em relação àqueles que invadiram o Congresso Nacional e a sede dos outros Poderes.

Nós estamos aqui porque este País ainda tem um passado colonial que permeia as estruturas daquilo que estamos vendo hoje, no enfrentamento da taxa de juros, que não pode recair sobre os ombros dos homens e das mulheres mais pobres deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas desta Casa, precisamos refletir sobre o Brasil e o rumo que queremos. E nós estaremos aqui para fazer não só a fiscalização, mas também a defesa de que os nossos iguais, a juventude, as comunidades quilombolas, o povo negro, a diversidade, a população LGBTQIA+, as mulheres, que são mais de 50% da população, e a classe operária se vejam representados nas políticas públicas, que precisam chegar até a ponta.

Sr. Presidente, para finalizar, eu quero saudar o Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras. Sou Presidenta do PT no meu Estado e também da Federação Brasil da Esperança. Quero saudar os nossos dirigentes municipais e toda a nossa militância por ter reconduzido ao poder Lula e os seus aliados, a fim de reconstruirmos e unirmos este País, para que o Brasil possa avançar.

Muito obrigada.

Documento 18/33

6.2023 Sessão Ordinária - 14/02/2023-18:44
CD

Publ.: DCD - 2/15/2023 Marcel Van Hattem-NOVO -RS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO

DE

Sumário

Encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.138, de 2022, sobre alteração da Lei nº 12.249, de 2010, para disposição acerca da alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações constantes na proposição; e revogação de dispositivos das Leis nºs 12.810 de 2013; 12.844, de 2013; e 13.315 de 2016.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reforçar os argumentos já mencionados na discussão quando tratei da importância de votarmos favoravelmente a essa MP, para não implicar em aumento de carga tributária ao brasileiro. E isso significa não penalizar um setor importante como o do turismo com alíquotas maiores do que 25% de cobrança de Imposto de Renda em remessa ao exterior acima de 20 mil reais, nem cidadãos que utilizam o serviço dessa empresa na área do turismo ou que fazem remessas a negócios, serviços, treinamentos, missões oficiais, ou que enviam recursos para amigos, familiares fora do País.

Agora, Sr. Presidente, também é preciso aqui lembrar que estamos no momento de um Governo expansionista, irresponsável e populista, que é o Governo do Presidente Lula, do PT. É um Governo que não tem nenhum pejo em gastar mais. E nós vamos ver essa conta estourar logo, logo. Aliás, nós já vimos, no ano passado, a aprovação de uma PEC da gastança com quase 200 bilhões de reais de furo no teto. A irresponsabilidade fiscal de Lula, do PT e de seus aliados é enorme; o gasto público, desenfreado. E aqui nós estamos vendo a aprovação de uma medida provisória que felizmente vai manter alíquotas em um nível mais razoável, apesar de defendermos, inclusive, que elas fossem ainda menores ou até mesmo inexistentes, mas é preciso lembrar, sim, que toda essa irresponsabilidade fiscal, se não for financiada por meio do pagamento de impostos dos cidadãos brasileiros, vai ser por meio de dívida, vai ser por meio de inflação.

Nós temos um Governo absolutamente irresponsável, o Governo do PT, de Lula, que, repito, deveria estar na cadeia, e não sentado no Palácio do Planalto,

pagando pelos crimes que cometeu. Hoje, está lá gastando o dinheiro público, do cidadão brasileiro, em políticas irresponsáveis que vão gerar, se não aumento de carga tributária — já imaginamos o que pode vir em uma reforma tributária proposta pelo PT —, dívida ou inflação, ou as duas coisas. Não é à toa que estão aí nessa cruzada contra o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que colocou muito bem os pingos no is ontem, durante a entrevista, no *Roda Viva*, mas que está sendo utilizado como bode expiatório do PT.

Eu lanço um desafio para o PT aqui: por que não apresenta o fim da autonomia do Banco Central em vez de ficar de chororô aqui no plenário, ou o Lula ficar fazendo todas essas diatribes contra Roberto Campos Neto? Se não querem a autonomia do Banco Central, se estão contra Roberto Campos Neto, apresentem um projeto. É pura demagogia!

Documento 19/33

7.2023	Sessão Ordinária - CD	15/02/2023-11:40
Publ.: DCD - 2/16/2023 -	Marcel Van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO
		DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2022, sobre aprovação do texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2019. Crítica à criação do Grupo de Trabalho destinado à análise e ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Necessidade de criação de Comissão Especial para a apreciação do tema. Protesto contra a desproporcionalidade da escolha dos membros do referido Grupo de Trabalho quanto aos Estados e às regiões de origem, com ausência de Deputados dos Estados da Região Sul. Solicitação à Presidência de revisão dos membros do colegiado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, voto consistentemente de forma favorável a projetos que evitem a dupla tributação ou a bitributação. Há um motivo muito óbvio, não é? É preciso que nós garantamos àqueles que têm atividades, tanto no Brasil como no exterior, o mínimo possível de burocracia e de pagamento e recolhimento de impostos indevidos.

E, aproveitando que o assunto é tributário, eu quero fazer coro às palavras da minha colega Deputada Adriana Ventura sobre a instituição de um grupo de

trabalho para tratar de reforma tributária. Para começar, grupo de trabalho é uma ficção. É uma solução encontrada pela Mesa Diretora, já há alguns anos, para fazer um drible na produção legislativa por meio dos ditames regimentais. É muito triste ver que a própria Câmara dos Deputados não respeita o que está no seu Regimento. Uma PEC, uma Proposta de Emenda à Constituição precisa passar por Comissão Especial — uma Comissão Especial! Organizar um grupo de trabalho com apenas 12 Parlamentares de 12 partidos diferentes — não respeitando, portanto, a proporcionalidade — agride o nosso Regimento Interno, agride a Constituição e prejudica a discussão, independentemente de quem sejam os Parlamentares que integram tal grupo.

A situação piora, porém, quando vemos o grupo de trabalho formado por essa Presidência conformado de uma forma completamente desequilibrada, considerando-se a população desta Nação. O Estado do Amazonas, com todo o respeito ao Estado — aliás, estive algumas vezes lá e aprendi a admirar aquele lindo pedaço da nossa Nação —, tem 3 representantes, num grupo de trabalho de 12 membros, ao passo que o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul não têm nenhum, para discutir a reforma tributária. Parece até que querem confirmar a piada que muitos gaúchos, catarinenses e paranaenses fazem — e paulistas, Deputado Kim, também —, de que nós somos apenas chamados a pagar a conta dos gastos públicos brasileiros. Agora, no momento da discussão, não estamos tendo oportunidade nesse grupo de trabalho.

Portanto, ficam aqui nossa indignação e nossa solicitação de que isto seja revertido.

Documento 20/33

7.2023 Sessão Ordinária - CD 15/02/2023-11:16
Publ.: DCD - 2/16/2023 - Marcel Van Hattem-NOVO -RS
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de inclusão de Deputados dos Estados da Região Sul no Grupo de Trabalho destinado à análise e ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Crítica aos critérios utilizados na escolha de membros do colegiado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre o grupo de trabalho da reforma tributária, que foi criado há pouco, eu gostaria de fazer uma solicitação à Mesa.

No grupo de trabalho que irá tratar da reforma tributária há doze membros. Dentre os doze membros, há três do Estado do Amazonas, onde está a Zona



Franca de Manaus, e nenhum da Região Sul do Brasil, nem do Rio Grande do Sul, nem de Santa Catarina e nem do Paraná.

Em primeiro lugar, fazemos uma enorme ressalva, para não dizer crítica, à instituição de grupo de trabalho. Reforma tributária deveria ser tratada na Comissão, não nesses grupos de trabalho que são criados a bel-prazer das vantagens de Líderes, em especial do Presidente da Câmara. Mas colocar três representantes do Amazonas — e tenho todo respeito a esse Estado, que tem oito Deputados Federais aqui — e não colocar nenhum do Rio Grande do Sul, que tem 31 Deputados, nenhum de Santa Catarina, nenhum do Paraná, num total de 12, não faz o menor sentido, Sr. Presidente. É um total desequilíbrio.

Nós já nos ressentímos e nos queixávamos de pagar muito mais em impostos do que recebemos de volta nos nossos Estados, ao contrário do que acontece no resto do Brasil. Parece que esse grupo de trabalho, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputado Marcel, solicito a V.Exa. que formule uma questão de ordem, e nós a enviaremos à Presidência da Casa, que provavelmente lhe dará uma resposta.

Como já havíamos chamado a Deputada Bia Kicis à tribuna, vamos ouvi-la e depois vamos iniciar a Ordem do Dia. *(Pausa.)*

Documento 21/33

7.2023

Sessão Ordinária - CD

15/02/2023-11:32

Publ.: DCD - 2/16/2023 - Adriana Ventura-NOVO -SP

BREVES COMUNICAÇÕES QUESTÃO DE ORDEM
DISCURSO

Sumário

Questão de ordem sobre a necessidade de adoção da proporcionalidade entre os Estados e regiões do País na escolha de membros do Grupo de Trabalho destinado à análise e ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

A minha questão de ordem se baseia no art. 33 do Regimento Comum, que fala de Comissões Temporárias, e justamente traz a questão da reforma tributária. Foi definido que a reforma tributária seria discutida por meio de um grupo de

trabalho de 12 membros. Então, vou retomar algumas questões aqui, Presidente.

O grupo de trabalho, como sabemos, não tem previsão regimental, não respeita a proporcionalidade e é muito reduzido. Não faz nenhum sentido que um tema tão relevante, que interessa a toda a Nação, a todos os Estados, que é uma questão federativa, seja discutido num grupo de trabalho que é escolhido a dedo, seja pelo Presidente, seja pelo Líder partidário.

E há a questão que o meu colega Deputado Marcel van Hattem trouxe, e o fez muito bem: não é para falar do Estado A ou do Estado B, é para mostrar como há distorção nessa formação de grupo de trabalho. Nós sabemos que as Comissões, normalmente, em média, nesta Casa, têm 35 ou 36 membros. Fazer um grupo de trabalho com 12 Parlamentares — e, no caso desse grupo específico da reforma tributária, que tem 12 Parlamentares, 3 são de um Estado em que há 4 milhões de habitantes —, isso é um absurdo. Há 220 milhões de brasileiros. O Rio Grande do Sul, o Paraná, Santa Catarina, por exemplo, não têm nenhum representante.

Reforma tributária é uma questão federativa, é um assunto sério. Nós sabemos que o Brasil não tem competitividade. Não consegue inserir-se no mercado internacional e crescer, por conta das distorções que temos. E essas distorções vão continuar.

Portanto, eu solicito, Presidente, que realmente façamos uma adequação dessa Comissão Especial, para que todos se sintam representados e para que possamos ter um melhor debate, uma troca de ideias super-relevante e que não tenhamos ainda mais distorções.

E queria pedir a todos os meus colegas Parlamentares que apoiem também esta questão de ordem e esta questão, porque todos os Estados têm que ter voz, assim como todos os partidos. Não é questão partidária, é uma questão federativa. Reforma tributária é uma questão federativa seriíssima, que não pode ser debatida como se fosse nada, num grupo de trabalho com poucas pessoas indicadas, que não representam o País no todo, que não representam os interesses da Nação, que não representam a questão federativa.

Essa é a minha questão de ordem.

Peço a atenção de V.Exa., Sr. Presidente, para que possamos formar uma Comissão Especial proporcional, para que tenhamos debates, prazos, emendas e o devido respeito ao processo legislativo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputada Adriana Ventura, a questão de ordem de V.Exa. será recolhida à Presidência

efetiva da Casa. Logo em seguida, V.Exa. terá uma resposta.

Documento 22/33

7.2023	Sessão Ordinária - CD	15/02/2023-12:48
Publ.: DCD - 2/16/2023 -	Julia Zanatta-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Preocupação da oradora com a inexistência de representantes da Região Sul do Brasil no grupo de trabalho destinado à discussão da proposta de reforma tributária.

A SRA. JULIA ZANATTA (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nobres Deputados, Deputada Adriana, Deputado Nikolas, hoje eu venho aqui falar de uma preocupação minha em relação aos três Estados do Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que muito contribuem para o desenvolvimento de todo o Brasil, de todos os Estados brasileiros.

O que me preocupa é que eu fui alertada pela Rita, da ACAERT, da imprensa do meu Estado, sobre um tema. E fico feliz quando nós trabalhamos em prol de todos os brasileiros.

E aqui vim falar que não existe, no grupo de trabalho que foi criado para discutir a reforma tributária na Câmara dos Deputados, nenhum representante dos três Estados do Sul do Brasil, enquanto, por exemplo, do Estado do Amazonas, há três representantes.

Vou conversar com o Presidente Arthur Lira sobre isso, porque não é justo que os três Estados que contribuem muito para o desenvolvimento de todo o Brasil fiquem alijados dessa discussão da reforma tributária, que é um assunto muito importante para o Brasil e para todos os brasileiros.

Muito obrigada.

Documento 23/33

7.2023	Sessão Ordinária - CD	15/02/2023-11:56
Publ.: DCD - 2/16/2023 -	Rogério Correia-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2022, sobre aprovação do texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elísio Fiscais, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2019. Apoio à defesa do Deputado Dorinaldo Malafaia de criação de Comissão Externa destinada ao acompanhamento ao massacre e genocídio do povo indígena ianomâmi no período do Governo Jair Bolsonaro. Razão da criação de Grupo de Trabalho destinado à análise e ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Anúncio pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de envio ao Congresso Nacional de proposta de nova âncora fiscal, em substituição ao chamado teto de gastos públicos. Inadmissibilidade da manutenção pelo Banco Central de elevada taxa de juros. Acerto de declaração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a necessidade de atenção do Banco Central aos interesses da população brasileira. Valorização e não privatização da PETROBRAS pelo governo petista.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, em primeiro lugar, eu queria me solidarizar com o Deputado Dorinaldo, que acaba de ocupar a tribuna, e dizer que é importante, sim, criar uma Comissão Externa que possa acompanhar o massacre e o genocídio do povo ianomâmi. Isso foi feito de forma deliberada, e é preciso que a nossa Câmara verifique as responsabilidades disso. Está óbvio, foi responsabilidade do Governo passado, do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Em segundo lugar, quanto ao projeto em pauta, quero também colocar a posição favorável a essa Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elísio Fiscais. É um projeto importante. Por isso vamos encaminhar favoravelmente a ele.

Como o tema é a questão fiscal, eu queria prestar alguns esclarecimentos. O Governo do Presidente Lula, eleito democraticamente e que conseguiu escapar de um golpe que se tentou dar no dia 8 de janeiro, está em plena execução. É um Governo que caminha para fazer as mudanças que foram prometidas ao povo brasileiro. Uma delas é a reforma tributária.

Então, é óbvio que essa reforma tributária precisa ser aqui discutida, uma reforma tributária que minimize os efeitos dos impostos nos produtos e que, ao mesmo tempo, divida renda no Brasil. É muito reclamada a forma como os impostos são cobrados no País. Por isso, a reforma tributária é peça importante que o Governo tem a responsabilidade de enviar para a Câmara Federal. É

exatamente isso que está sendo debatido.

E por esse motivo foi criado um grupo para que possa agilizar os vários projetos que aqui já existem.

Mas eu queria também dizer que a responsabilidade econômica do Governo é grande, e hoje o nosso Ministro Haddad, da Fazenda, acaba de anunciar que ainda neste semestre vai enviar para a Câmara Federal a nova âncora fiscal que vai substituir os gastos. Talvez é isso que os bolsonaristas e a Direita não concordam, porque até hoje eles acham que teto de gasto é o suprassumo dos acontecimentos. E quando se fala em teste de gasto, na verdade, é para cortar investimentos em áreas sociais. Não é isso que o Governo Lula vai fazer. Por isso, uma nova âncora fiscal vai substituir a política de teto de gasto.

Para terminar, Presidente, queria ainda dizer da questão dos juros altos. Ora, não tem condições de os juros ficar em 13,75%. Nós queremos crescer o Brasil. Essa política de juros altos tem que ser combatida. O Presidente Lula tem toda a razão em dizer que o Banco Central não pode apenas olhar para o mercado, e não olhar para o povo. É obrigação do Presidente Lula olhar para o povo.

Peço 30 segundos apenas para dizer a V.Exa. também que, em relação à questão das privatizações, a política é outra. A PETROBRAS vai ser valorizada enquanto estatal. A PETROBRAS não vai ser privatizada. Foi isso que ganhou as eleições. Então, não adianta tentar fragilizar uma empresa estatal, que é a maior do Brasil, para querer privatizá-la e entregá-la ao capital financeiro. Em suma, Presidente, é nova política econômica, é novo Governo. Bolsonaro caiu, acabou! Vamos olhar para frente.

Muito obrigado.

Documento 24/33

7.2023 Sessão Ordinária - 15/02/2023-12:00
CD

Publ.: DCD - 2/16/2023 Marcel Van Hattem-Novo -RS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO

DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2022, sobre aprovação do texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para eliminação da dupla tributação em relação aos tributos sobre a renda e sobre o capital e prevenção da evasão e



da elisão fiscais, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2019. Baixa representatividade do Grupo de Trabalho destinado ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Reforma tributária. Fala-se aqui sobre isso, mas e o consenso? Pelo menos tenho ouvido aqui no plenário que nada passa nesta Casa que signifique aumento de imposto e retrocessos na burocracia que hoje é imposta ao brasileiro, que já é enorme, para fazer o pagamento de todas as taxas, de todos os impostos, enfim, de todas as suas obrigações com o Estado.

Estamos aqui tratando de um PDL que justamente visa acabar com a bitributação de uruguaios que têm investimentos no Brasil e vice-versa. Não vamos admitir que uma reforma tributária discutida num grupo de trabalho com apenas 12 Parlamentares — pelo menos é isso que a Casa está propondo ao Plenário e à sociedade brasileira — signifique retrocesso.

Eu quero mais uma vez chamar atenção para esse fato: a criação de um grupo de trabalho com apenas 12 parlamentares. Repito: 12 Parlamentares de 513 Parlamentares. Apenas 12 Parlamentares, isto é, 2% do total da Câmara dos Deputados está sendo chamado a compor um grupo de trabalho para discutir a reforma tributária no País. E pior, completamente desequilibrada em termos regionais, como bem diz a Deputada Adriana Ventura — e eu também já havia dito antes —, três Parlamentares do Estado do Amazonas. Dos 12 Parlamentares — 25% do total —, nenhum do Rio Grande do Sul, nenhum do Paraná, nenhum de Santa Catarina! O Estado do Amazonas tem oito Deputados Federais e terá três no grupo de trabalho. O meu Estado do Rio Grande do Sul tem 31 e não terá nenhum! Não faz sentido, não é lógico, não é justo. Não é justo! Continuamos a ser na Federação uma das unidades que paga a conta e não recebe de volta nem perto aquilo que pagou. Isso precisa acabar! É preciso uma reforma da Federação acima, aliás, de uma reforma tributária. Agora, se dos Deputados do Amazonas que lá estarão houver a proposta de fazer da Zona Franca de Manaus uma zona franca do Brasil, estendendo aqueles benefícios que hoje há no Amazonas para todo o País, aí poderíamos concordar ou pelo menos começar a discussão.

Essas distorções que são geradas hoje no País não podem continuar, com todo o respeito que tenho a todos os demais patriotas brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Desafio do Governo Luiz Inácio Lula da Silva e do Congresso Nacional de realização da reforma tributária. Agradecimento ao Presidente Arthur Lira de designação do orador para Coordenador do Grupo de Trabalho destinado à análise e ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, acerca da alteração do Sistema Tributário Nacional. Relançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida pelo Presidente da República, com prioridade ao atendimento da faixa populacional de menor poder econômico.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero falar do futuro e dos desafios que estão colocados para o Presidente Lula, em especial o de reformar o nosso sistema tributário. Esse é um desafio que extrapola o Governo do Presidente Lula, porque será um legado com forte presença e participação do Legislativo brasileiro, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, na elaboração dessa reforma.

Essa reforma é estruturante. É fundamental a simplificação da tributação sobre o consumo. Nós precisamos simplificar a tributação. Nós precisamos unificar tributos e criar um novo imposto que permita ao Brasil criar mais segurança tributária, mais segurança jurídica para o País atrair mais investimentos, produzir mais riqueza e melhorar a vida da nossa gente, gerando mais oportunidades de emprego e renda para o nosso povo. Portanto, nós teremos um grande desafio pela frente.

Eu quero agradecer ao Presidente Arthur Lira a confiança ao me designar para coordenar o grupo de trabalho que debaterá essa matéria, com a relatoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro e a participação de mais 10 Deputados que vão integrar o GT, que visa, a partir do diálogo, apresentar uma convergência de duas PECs sobre a matéria que tramitam no Parlamento: a PEC 45, que tramita nesta Casa, e a 110, que tramita no Senado Federal, para a aprovação final dessa importante matéria.

É bom lembrar também que o Presidente Lula esteve na Bahia e lançou a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida com uma meta de construir este ano 175 mil novas moradias. Nós temos um déficit habitacional de quase 6 milhões de unidades.

É fundamental priorizar a Faixa 1, que atende os brasileiros de menor poder econômico, com renda de até 2 salários mínimos, ou seja, 2.640 reais. Acredito que esse será o novo valor do salário mínimo a ser anunciado pelo Presidente Lula, com ganho real de 1,5%, a partir do mês de maio.

É fundamental esse programa para melhorarmos o atendimento e darmos moradia popular para a nossa gente.

Obrigado, Presidente.

Documento 26/33

9.2023

Sessão Ordinária - CD

28/02/2023-15:16

Publ.: DCD - 3/1/2023 - Alfredo Gaspar-UNIÃO -AL

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio a pronunciamentos em defesa de invasores de terras. Necessidade de punição dos responsáveis pela depredação das sedes dos Poderes da República. Impunidade do ex-líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, José Rainha. Apoio à declaração da Presidente Nacional do PT, Deputada Gleisi Hoffmann, contra o reajuste nos preços de combustíveis. Críticas à proposta governamental de reforma tributária. Congratulações à Polícia Rodoviária Federal pela apreensão de grande quantidade de cocaína.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que nós estamos presenciando aqui no plenário da Câmara são cenas deprimentes, Deputados vindo à tribuna para defender maloqueiro, vagabundo, invasor de terra, que quer tomar a propriedade privada à força...

Olha, quem invadiu os três Poderes e praticou vandalismo, que pague. Mas criminoso que quer tomar propriedade privada à força, por conta de um incentivo de um Governo de esquerda, merece cadeia dura e merece ser repelido com veemência.

Quero dizer que local de carnaval vermelho é dentro da cadeia. O José Rainha é um condenado que é o retrato da Justiça brasileira, da impunidade. O lugar daquele vagabundo era na cadeia há muito tempo.

Mas quero também dizer, Sr. Presidente, que hoje está sendo julgado no Conselho Nacional de Justiça o juiz federal que está sendo acusado de colocar na cadeia políticos ladrões, empresários que destruíram o País. E nós precisamos dizer ao Brasil que o sistema já dominou muita gente, mas ainda existem políticos honestos e decentes que irão prestigiar servidores públicos que honram as suas profissões.

Quero dizer também que eu nunca pensei em concordar com o PT, mas a

Presidente do PT deu uma declaração, e não poderia deixar de comentá-la. Ela disse que aumentar imposto da gasolina e do álcool é praticar estelionato eleitoral, é faltar com a verdade e com os compromissos da campanha, é incentivar a inflação. E, olha, não é que está certa? Ela está certa.

O PT chegou enganando com força o povo do Brasil. Essa reforma tributária que eles começaram a fazer é para o pobre se lascar todinho. Gasolina não é combustível de rico, não. É de mototaxista, é de motorista de aplicativo, é de pescador que corta os rios do Brasil com seu motorzinho de popa. O Brasil está sendo penalizado por uma mentira. Se isso era um engodo do Governo anterior, por que continuou com esse engodo? Por que prorrogou o prazo por 60 dias e a partir de amanhã está devolvendo para o povo brasileiro um tapa na cara?

Finalizando, Sr. Presidente, a PRF, tão massacrada nesses últimos dias, tirou de circulação agora quase 2 toneladas de cocaína em uma única apreensão. Parabéns, Polícia Rodoviária Federal! O Brasil precisa de homens e mulheres comprometidos. Aqui não há história de direita e esquerda. Aqui é quem está com o povo, quem está enganando o povo. Hoje, o PT colocou à mesa por meio da sua Presidente a maior declaração que podia ser feita. Lula, você enganou o povo brasileiro.

Documento 27/33

9.2023

Sessão Ordinária - CD

28/02/2023-21:00

Publ.: DCD - 3/1/2023 - Julio Lopes-PP -RJ

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de desburocratização e digitalização do arcabouço tributário nacional.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo de Mattos, Sras. e Srs. Deputados, muito boa noite.

É um grande prazer estar nesta tribuna da Câmara Federal para mencionar que nós Congressistas em geral podemos iniciar imediatamente uma reforma de grande efeito tributário para o País, que é a pura e simples racionalização de algumas normas, leis e decretos, somada à digitalização de toda a área tributária no Brasil.

O que estamos estudando já há um tempo, junto com o brilhante economista José Roberto Afonso, o pai da responsabilidade fiscal no Brasil, é que, se fizermos apenas a pura e simples integração da cobrança dos impostos municipais, estaduais e federais, em tempo real, *on-line*, mesmo preservadas



todas as datas, todas as alíquotas e todas as cobranças exatamente como são, sem alterar qualquer centavo ou qualquer percentual nas taxas e nos impostos cobrados no Brasil, teremos um extraordinário crescimento da base da receita e uma ampliação enorme da base de arrecadação. Isso porque a pura e simples digitalização vai permitir que cada cidadão tenha em seu celular, ao final do dia, tudo aquilo que fez de transações e quanto deve de imposto. Os débitos serão pagos no final do mês ou no final do ano, em algum momento, Sr. Presidente, mas a liquidação será *on-line*, em tempo real.

Se assim for — assim será, se Deus quiser, e eu vou lutar muito para isso —, com um trabalho puro e simples de integração da atividade tributária dos quase 5.570 Municípios, dos 26 Estados, do Distrito Federal e da União, nós vamos racionalizar o sistema e dar um avanço de séculos no Brasil. Isso já se fez em vários países. A Estônia é um deles. A União Soviética hoje tem toda a sua tributação *on-line*, em tempo real. E vários outros países, como a Dinamarca, têm avançado enormemente.

O Brasil tem a tradição da urna eletrônica, tem a tradição de empreender mecanismos importantes de simplificação e desburocratização, como foi, por exemplo, a declaração eletrônica do Imposto de Renda. Portanto, podemos fazer modificações estruturais no Brasil a partir da desburocratização e da digitalização.

Defendemos também, Sr. Presidente, a nota fiscal do Brasil, que seria uma nota fiscal com CNPJ, único número das empresas, acrescido do número da nota.

É simples assim, Sr. Presidente.

Documento 28/33

9.2023

Sessão Ordinária - CD

28/02/2023-15:04

Publ.: DCD - 3/1/2023 - Marcos Pollon-PL -MS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta governamental de reforma tributária. Impacto do reajuste nos preços de combustíveis sobre a população carente. Oneração do setor produtivo e dos trabalhadores brasileiros pelo governo petista. Denúncias de mau uso dos recursos públicos pelo Ministro das Comunicações. Contrassenso da declaração Ministro da Agricultura e Pecuária em defesa de invasores de terras. Recorde no desmatamento no Brasil. Apoio à criação de CPMI para investigação de ataques às sedes dos Poderes da República, ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023.



O SR. MARCOS POLLON (Bloco/PL - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, me surpreendi hoje quando, em visita à CNA, discutimos com a FPA a reforma tributária, algo complexo, elaborado, que envolve uma centena de setores e que, em última análise, é o Governo querendo roubar mais um naco do dinheiro do trabalhador brasileiro. E, não contente, apressado, já enfa a mão no bolso do povo a partir de amanhã, arrancando de quem tem um carrinho 1.000 mais 37 reais por tanque. Isso é um verdadeiro pesadelo, é quase que a terra do contrário.

Essa situação me lembra um romance que eu li quando era adolescente, *Crime e Castigo*, de Fiódor Dostoiévski, que gerou o adágio "*o crime sem castigo gera o castigo sem crime*". Nós vemos no Brasil descondenados aos milhares, descondenados amontoados aos milhares, em borbotões, tomando, ocupando espaços que deveriam ser exclusivamente a cadeia.

Impressiona-me um colega Parlamentar representante do atual regime — porque me recuso a chamar de governo o que é um regime de exceção — dizer que precisamos acomodar as questões ideológicas e discutir um projeto de Brasil. Se há projeto de Brasil, Deputado Luiz, ele é hoje exclusivamente o da vingança, o da destruição. Querem destruir o trabalhador onerando ainda mais o pouco que ele recebe. Querem destruir o setor produtivo colocando ainda mais encargos sobre o setor. Querem destruir a vergonha na cara usando jatinho para comprar cavalo de 2 milhões, de 3 milhões de reais, ou asfaltando a estrada que leva à própria fazenda.

E aí vemos, mais uma vez na terra do contrário, um Ministro da Agricultura que enaltece os invasores sem terra. Vemos uma Ministra do Meio Ambiente que já começa batendo recorde de desmatamento. Ora, mal sabiam eles, exaltados por um Deputado desta Casa que defendeu as invasões, que no meu Estado do Mato Grosso do Sul os produtores conhecem um instituto jurídico denominado desforço imediato — o uso de toda força necessária para repelir uma agressão injusta à propriedade ou a qualquer outro direito. O desforço imediato será utilizado no meu Estado sempre que isso acontecer. O Governo do Estado já deixou claro que não vai admitir esse tipo de crime. Não podemos mais admitir o crime sem castigo, Sr. Presidente, porque isso tem gerado o castigo sem crime, em que centenas de brasileiros têm sido conduzidos à prisão sem que haja sequer individualização de conduta.

Vamos, então, tornar isso uma regra: parar um ônibus na frente do acampamento do MST e prender todo mundo para averiguar; vamos parar um ônibus na frente de uma comunidade e prender todo mundo para averiguar, ou isso só serve para senhorinhas e senhorezinhos que rezavam o Pai Nossa na frente dos quartéis? Por isso, é fundamental a CPMI do dia 8, para jogarmos luz sobre essa situação.

Sr. Presidente, peço que seja transmitido o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Documento 29/33

9.2023

Sessão Ordinária - CD

28/02/2023-19:40

Publ.: DCD - 3/1/2023 - Jack Rocha-PT -ES

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Ações do Governo Luiz Inácio Lula da Silva para combate à fome e às desigualdades sociais. Acerto da política econômica adotada pelo governo petista.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas. Cumprimento todos e todas que nos assistem pela *TV Câmara* e os servidores desta Casa.

Eu acho que é muito importante pautar aqui o preço dos combustíveis, mas o que nós precisamos realmente avaliar é a tentativa de compra de vacinas superfaturadas e também aquele arroz que as famílias brasileiras precisavam comprar ao valor de 40 reais. É disso que falamos hoje quando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar voltou a ser instalado para poder trazer a esperança daquela pauta que é central: o combate à fome e o combate à desigualdade. Nós precisamos de honestidade nos resultados que foram apresentados principalmente nos últimos 4 anos, porque nós defendemos o lema: *Vacina no braço e comida no prato*. E isso está acontecendo agora no Governo do Presidente Lula, com esta Casa, com uma base de Governo consciente que conseguiu aprovar medidas importantes para colocar o País nos trilhos novamente. Isso se chama esperança, competência, flexibilidade e principalmente compromisso com a vida de brasileiros e brasileiras.

Tão importante quanto o combate à fome é a notícia da qual podemos falar aqui também. A BBC Brasil, há 9 horas, nobres Deputados, publicou uma matéria em que Paul Romer, Prêmio Nobel, que foi economista do Banco Mundial, avalia que Lula e sua equipe econômica têm acertado em se preocupar com a alta taxa de juros e principalmente com uma reforma tributária que precisa ser feita, porque o pobre brasileiro não pode pagar mais a conta enquanto o dinheiro fica concentrado na mão de poucos.

Além disso, a equipe econômica formada por Haddad está hoje fazendo um discurso, sim, sobre os combustíveis. Nós, que moramos em um Estado produtor de petróleo e óleo bruto, como o Espírito Santo, pagamos a conta da maioria dos outros Estados brasileiros. Inclusive tivemos uma máquina hoje sucateada, porque, no último período, os leilões que foram provocados ocasionaram, no nosso Estado, demissões de milhares de trabalhadores e

trabalhadoras da base do petróleo. E isso precisa ser revisto.

Além disso, foram liberados 350 milhões de reais do Ministério do Planejamento por Simone Tebet e Esther Dweck, porque conseguiram identificar que esse recurso era para pagar cerca de 10 mil servidores e servidoras federais, um recurso que estava retido, Sr. Presidente, nobres Deputados, e que somente agora pôde ser liberado e colocado em circulação, na mão de quem realmente ajuda a construir a duras penas o nosso País, valorizando cada servidor, valorizando cada servidora.

Portanto, o Brasil voltou, e nós vamos colocar este País nos trilhos.

Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 30/33

9.2023 Sessão Ordinária - CD 28/02/2023-15:24

Publ.: DCD - 3/1/2023 - Carlos Veras-PT -PE

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Críticas ao Governo Jair Bolsonaro. Avanço da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, até que enfim começamos a ver que realmente agora temos vacina no braço e comida no prato. Com o início da campanha oficial de vacinação — o genocida anterior trabalhou tanto para que o povo brasileiro não fosse vacinado, ocasionando a morte de 700 mil pessoas devido à irresponsabilidade de um governo que não cuidava do povo brasileiro. O povo estava morrendo por falta de vacina e morrendo de fome. Mas hoje, com a recriação do CONSEA, começamos a dar outro tratamento à população.

Cuidando e combatendo de verdade a fome e garantindo comida no prato da população brasileira, não só vamos combater a fome, como também vamos discutir o tipo de alimentos que vamos alimentar a população brasileira: sem venenos ou com menos venenos. O Governo anterior queria matar o povo sem vacina, sem comida e com venenos, porque bateu o recorde com a liberação de venenos.

Hoje temos um governo que olha para a sociedade brasileira e a respeita, que

se preocupa de verdade com as pessoas, que não quer envenená-las e muito menos quer tirar os direitos da população, como fez o Governo anterior.

Nós temos de volta o Programa Minha Casa, Minha Vida, para aquecer o setor da construção civil, gerar emprego e renda e garantir moradia digna para a população mais carente.

Nós temos reajuste do salário mínimo com ganho real. Vocês governaram 6 anos e não reajustaram o salário mínimo, não tiveram a dignidade de fazer o reajuste com ganho real, quiseram o tempo todo deixar a população brasileira, os aposentados, os assalariados à margem da sociedade.

Nós temos agora isenção na tabela do Imposto de Renda de até dois salários mínimos. E, com a reforma tributária, vamos avançar muito mais.

Nós estamos trabalhando na saúde, na educação, retomando a construção das creches, das escolas, paralisadas pelo governo da morte, da fome, do veneno, que deixou este País como deixou.

Por isso, senhores e senhoras, dias melhores já surgiram. Em menos de 60 dias, já fizemos muito mais do que foi feito nos 4 anos do governo do genocídio, do veneno, da fome e do desemprego.

Viva a sociedade brasileira! Vivam aqueles lutam todo dia para poder fazer com que as pessoas possam acordar, tomar café, almoçar e jantar!

Dias melhores virão, porque confiamos integralmente na competência do Presidente Lula.

Documento 31/33

9.2023

Publ.: DCD - 3/1/2023 -

Sessão Ordinária - CD

28/02/2023-21:56

Capitão Alberto Neto-PL -AM

PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do 56º aniversário de criação da Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas. Inadmissibilidade de prejudicialidade do polo industrial amazonense no processo de reforma tributária. Importância da sua contribuição para a preservação da floresta amazônica.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem



revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Existe um programa de Estado de que nós brasileiros podemos nos orgulhar. Esse programa começou a ser desenhado em 1957, ainda na época de Juscelino Kubitschek, e se concretizou com o Decreto-Lei nº 288, no regime militar, em 1967. Hoje ele completa 56 anos.

Trata-se de um programa que uniu o Brasil, que resgatou a dignidade do povo do Norte, um programa que gera 110 mil empregos diretos e mais de 400 mil empregos indiretos, em diversos lugares do nosso País, não só no Norte, mas também no Sul, no Centro-Sul, no Nordeste. É um programa que conseguiu reduzir as desigualdades regionais, um programa que reduziu o analfabetismo, um programa que melhorou a qualidade de vida da população do Norte do Brasil, um programa de que precisamos nos orgulhar e fortalecer. Esse programa fez com que a nossa Floresta Amazônica fosse preservada. Só no meu Estado, no Amazonas, temos 97% da floresta preservada. E, segundo um estudo da Fundação Getulio Vargas, o grande responsável por isso é esse programa de que estamos falando. Esse programa se chama Zona Franca de Manaus, que completa hoje 56 anos de sucesso, de redução de desigualdade regional, de geração de emprego, de resgate e de proteção da soberania do nosso País.

Nós estamos próximos de discutir a reforma tributária, que, nesse desenho tributário que está sendo discutido, a PEC 45/19 e a PEC 110/19, ataca diretamente a Zona Franca de Manaus de maneira injusta. Trata-se de um programa que mostra a verdadeira cara do Brasil, este País gigante, que precisa ser trabalhado de maneira inteligente, individualizada. Nós não podemos dar o mesmo tratamento da Região Sul à Região Norte e à Região Nordeste. Todos nós somos brasileiros e precisamos desenvolver este País, reduzir essas desigualdades históricas que levaram à pobreza. É inaceitável que, por exemplo, no meu Estado, no Amazonas — e temos muito a trabalhar —, ainda existam 20 Municípios que são os mais pobres do Brasil.

Temos muitos desafios, mas temos também outras riquezas. A Floresta Amazônica em pé tem muito valor, não só pela questão do crédito de carbono, mas também pelas outras matrizes econômicas que temos de trabalhar, como a biodiversidade, a bioeconomia, a questão do potássio, com mineração responsável — neste momento de guerra, mostrou-se necessário trabalhar no nosso País essa matriz.

Então, venho aqui exaltar a Zona Franca de Manaus, que levou dignidade para o povo do Norte, que tem reduzido as desigualdades regionais do nosso País, que tem trazido melhores índices educacionais ao Norte. O Norte tem sido visto desde 1967 pela Zona Franca de Manaus.

Presidente, peço a V.Exa. que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço a todos os envolvidos, a todos os trabalhadores do Distrito Industrial e da Zona Franca de Manaus, que, no momento da pandemia, não tiveram a oportunidade de ficar em casa. Eles continuaram trabalhando através de diversos procedimentos sanitários e levaram dignidade e emprego para o Norte do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 32/33

9.2023 Sessão Ordinária - CD 28/02/2023-22:04
Publ.: DCD - 3/1/2023 - José Nelto-PP -GO
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio à democracia e à reforma tributária com justiça social. Excelência da gestão do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Defesa de comparecimento do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central do Brasil à Câmara dos Deputados, para esclarecimento das taxas de juros praticadas no País. Reformulacão do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou o antepenúltimo orador desta noite. Logo após a minha fala, irão falar o Deputado Deltan Dallagnol, amigo, respeitado em todo o Brasil, e V.Exa., que está conduzindo a sessão de maneira tão democrática.

Eu estou aqui em nome do nosso povo goiano, do povo de Goiás, povo bom, povo trabalhador. Estou aqui para defender a democracia, para defender uma reforma tributária justa.

E quero dizer que o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad — não o conheço pessoalmente —, e a Simone Tebet estão conduzindo muito bem a economia, com muita responsabilidade com os gastos públicos. Nós não podemos colocar este País em situação falimentar. Portanto, o Ministro está agindo com muita seriedade.

O que nós queremos é a presença do Ministro Fernando Haddad e a presença do Presidente do Banco Central para discutirmos juros. Esse é o grande debate desta legislatura. Queremos debater o preço, o valor do cheque especial, que é o mais caro do planeta. Por quê? O que está acontecendo no Brasil? O cartão de crédito é o mais caro do planeta. E aí vem Governo de direita, como era o do Presidente Jair Bolsonaro, e nada mudou. Agora, vem o Governo do

Presidente Lula, um Governo de esquerda.

Não sou de direita nem de esquerda. Sou um político realista. O povo brasileiro está sofrendo. A economia precisa crescer. A taxa SELIC está em quase 14%; a inflação, 5%. A conta não fecha. Então, a reforma tributária, Sr. Presidente e Deputado Deltan, é a reforma mais importante deste Parlamento. Quem ganha mais no nosso País — nada contra os mais ricos, os super-ricos, nada contra os banqueiros — vai ter que pagar a conta, alguém vai ter que pagar a conta.

A injustiça social no Brasil é muito grande. O Brasil é um país injusto. Há muita gente sofrendo, na miséria, gente que não tem moradia, não tem casa para morar.

Peço a V.Exa. mais 30 segundos, só para concluir, Sr. Presidente. Talvez irei precisar de mais 30 segundos. Peço paciência ao Deputado que está aguardando aqui embaixo. Eu também ficarei aqui pelo tempo necessário para ouvi-lo.

Sr. Presidente, é preciso haver um programa de moradia, mas não um programa em que o cidadão tenha que apresentar garantia ou tenha que pagar 20% para ter sua propriedade. Ele não tem dinheiro para pagar 20%!

É preciso que a Caixa Econômica Federal abaixe o teto para 10%, que é o que o trabalhador tem para dar entrada na sua casa, na sua moradia, para pagar as suas prestações. É preciso fazer essa mudança no Programa Minha Casa, Minha Vida. É preciso, Sr. Presidente, que na reforma tributária nós possamos, de verdade, mudar este Brasil. Só iremos mudar o Brasil com uma política econômica em que o cidadão tenha dinheiro no bolso para gastar na padaria, na mercearia, para fazer a economia girar e gerar emprego para o nosso povo brasileiro.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento conste no programa *A Voz do Brasil* e nas redes sociais.

Muito obrigado pela paciência.

Amanhã estarei de volta. Aqui começa cedo, termina tarde, e o Deputado Federal de Goiás José Nelto está aqui trabalhando pelo povo goiano e pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 33/33

9.2023

Publ.: DCD - 3/1/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Neto Carletto-PP -BA

28/02/2023-00:00



Sumário

Classificação do Brasil em 2º lugar no ranking mundial de jovens entre 18 e 24 anos excluídos do mercado de trabalho e da escola, segundo pesquisa da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico- OCDE. Necessidade de adoção, pelos governantes brasileiros, de providências a respeito do assunto. Importância de melhoria dos ambientes educacionais e de negócios do País. Estímulo ao empreendedorismo no processo de reforma tributária.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO NETO CARLETTTO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é surpresa o resultado da pesquisa feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE: o Brasil ocupa o segundo lugar na percentagem de jovens entre 18 e 24 anos que nem estudam, nem trabalham.

Neste País, 35,9%, ou seja, quase 4 em cada 10 jovens, estão desperdiçando seu potencial de crescimento, o que é o mesmo que dizer que o Brasil está desperdiçando 40% de seu potencial. Só ficamos atrás da África do Sul, entre os países pesquisados.

A sociedade deveria alarmar-se com esse fato e cobrar providências do Governo Federal, bem como dos Estados e Municípios. Afinal, esse quadro indica que quase a metade de nossos jovens está a caminho de ser arrastada para uma vida adulta ameaçada pela mendicância, pelas drogas, pelo crime, pela depressão ou pelo suicídio. Se chegarem à vida adulta, na melhor das hipóteses serão pessoas sustentadas pela família ou pelos impostos dos outros cidadãos.

Quem não trabalha, deveria estar investindo em sua formação acadêmica ou profissional, itens essenciais para o desenvolvimento da economia e também da democracia. A falta de escolarização e profissionalização é receita certa para a perpetuação da pobreza material e política não apenas desses jovens, mas do País.

A solução desse problema é melhorar o ambiente institucional do Brasil, um dos piores países do mundo tanto em educação quanto em facilidade para se fazer negócios.

Nosso sistema educacional distribui dinheiro para os ricos, ao direcionar a maior parte de sua verba para o ensino superior, deixando



o ensino pré-escolar, fundamental, secundário e profissional com uma qualidade bem abaixo da aceitável. Não é à toa que nossa classificação nas avaliações internacionais de domínio da linguagem e da matemática é ruim, mesmo quando somos comparados apenas com nossos vizinhos sul-americanos.

Contribui para termos um péssimo ambiente de negócios a insegurança jurídica, frequentemente criada pelos próprios Tribunais Superiores. Aqui, os julgamentos podem durar mais de um século: foram necessários 125 anos de processo nos Tribunais para decidirmos que o Palácio Guanabara não pertence aos descendentes da Princesa Isabel. Ela e seus filhos, obviamente, morreram antes de ver o resultado do processo. Isso ocorre com muitas pessoas à espera de precatórios ou de sentenças imprescindíveis para seus negócios ou mesmo vida familiar.

Como se não bastasse, mesmo julgamentos encerrados podem ser revertidos, e essa reversão ocorre com uma facilidade proporcional à capacidade de pagamento dos interessados. A maioria dos países manda para a cadeia os condenados em primeira instância; no Brasil, nem na segunda, dependendo de quanto se possa pagar às bancas de advogados.

Além da morosidade e flexibilidade judicial, inclusive no que tange a princípios constitucionais, temos também a complexidade tributária, que exige dos empreendedores centenas de dias de trabalho por ano dedicados à burocracia e às regras legais, que mudam a cada dia e diferem de Estado para Estado, de Município para Município.

Como se não bastassem os obstáculos judiciais e tributários, temos uma economia submetida ao populismo, que desorganiza o setor produtivo em busca do voto, alternando breves “voos de galinha” com longos períodos de inflação e recessão.

O Estado tem o dever de garantir que todos tenham acesso à educação. Mas essa educação que apenas serve para conferir diplomas não interessa aos jovens; eles precisam de educação de qualidade, uma educação que realmente faça sentido para a vida, e não apenas para o currículo.

Educação de qualidade, que motive os jovens a buscá-la, já é meio caminho andado em direção à empregabilidade. Devemos abordar nesta Casa o fato de a maior parte das verbas destinadas à Educação ir para as universidades, deixando à míngua os níveis mais básicos, a começar pelo pré-escolar. Falta também qualidade no ensino fundamental e no ensino médio. Ora, havendo oferta de educação de qualidade, a evasão escolar e o desemprego entre os jovens diminuirão, com certeza.



Na outra ponta, precisamos melhorar nosso ambiente de negócios, e isso se fará com a eliminação dos subsídios e isenções setoriais, que favorecem apenas os oligopólios apadrinhados pelos governantes, como vimos nos tempos dos “campeões nacionais”.

Governo e sociedade precisam ter clareza: precisamos de leis que valham para todos e que não sejam retroativas. Precisamos acabar com a impunidade, especialmente nos estratos mais altos da sociedade, aqueles que podem pagar advogados em diversas instâncias, por décadas a fio.

Temos agora diante de nós a possibilidade de votarmos a reforma tributária: eis uma oportunidade para se estimular o empreendedorismo, reduzindo a complexidade das regras e facilitando a vida dos empreendedores que não dispõem de assessoria jurídica. É fundamental que o Governo Federal e os Governos Estaduais trabalhem juntos para garantir o sucesso dessa reforma e de todas as reformas que tornem o empreendedorismo mais simples e deem qualidade à educação pública, em seus níveis fundamental e médio.

Obrigado.
